

Empresariado em Neve Cega:

O Custo da Neutralidade Num País Onde a Regra Quebra

Durante anos, a elite empresarial brasileira se moveu sob a lógica da adaptação silenciosa. Diante da instabilidade política, da volatilidade institucional e das rupturas normativas, a resposta foi sempre a mesma: manter distância, preservar a neutralidade, ajustar a operação conforme o vento. O problema é que essa lógica só funciona enquanto ainda há vento – e chão firme. Quando o país entra em estado de neve cega, seguir em frente sem visibilidade deixa de ser estratégia e vira risco de colisão.

A recente sinalização dos Estados Unidos sobre a adoção de tarifas contra o Brasil foi tratada como gesto político, revanchismo comercial ou ruído diplomático. Mas o conteúdo implícito é outro. As tarifas ainda não começaram, mas já produziram seu efeito: deixaram evidente que o Brasil está sendo reclassificado. De economia emergente com dificuldades, passou a ser lido como jurisdição instável. Não por causa do déficit público, da inflação ou da política cambial – mas porque se tornou um país onde a regra pode ser reescrita a qualquer momento, e por qualquer ator institucional.

Nesse ambiente, a figura do empresário “neutro” é uma ficção disfuncional. Atentativa de operar como se o sistema ainda oferecesse garantias mínimas já não encontra amparo nem na prática. O custo de produção aumentou, o acesso ao crédito encolheu, os riscos regulatórios se multiplicaram, e agora a porta de entrada para o mercado internacional começa a se fechar.

Ainda assim, parte do empresariado age como se tudo fizesse parte do ciclo normal dos negócios – como se o colapso institucional fosse apenas uma fase ruim do noticiário político.

A crença de que o mercado se adapta a tudo é perigosa. Não porque subestima a capacidade das empresas, mas porque ignora que há riscos que não são mensuráveis nem administráveis quando a instabilidade não vem de fora, mas de dentro. Quando a própria noção de contrato, propriedade e segurança jurídica passa a depender da conjuntura política, já não se trata de ajuste – mas de sobrevivência.

Em silêncio, o empresariado brasileiro aceitou operar num país onde sentenças mudam conforme o contexto, onde a Receita modifica entendimentos sem aviso prévio, onde o Judiciário amplia seu raio de ação para muito além da legalidade formal. E agora, com as tarifas à espreita e a leitura internacional do Brasil em mutação, talvez já seja tarde para fingir que não há um problema de fundo.

Neutralidade, nesse contexto, não garante proteção – apenas posterga o impacto. E num país onde as regras são quebradas, quem ainda acredita que pode se preservar pela distância já começou a pagar pelo atraso.

- **Fingir normalidade virou risco:** A estratégia empresarial de neutralidade e adaptação silenciosa já não protege contra a instabilidade institucional – agora amplia os riscos e os custos operacionais.

- **Tarifas como alerta geopolítico:** As sinalizações dos EUA expõem que o Brasil está sendo reclassificado, não por fundamentos econômicos, mas por insegurança jurídica e imprevisibilidade institucional.

- **Neutralidade cobra seu preço:** O empresariado que evitou se posicionar diante da deterioração das regras agora enfrenta consequências práticas: risco regulatório, isolamento comercial e perda de previsibilidade.

